

## EXECUÇÃO PENAL 32 DISTRITO FEDERAL

**RELATOR** : MIN. ALEXANDRE DE MORAES  
**POLO PAS** : DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA  
**ADV.(A/S)** : PAULO CESAR RODRIGUES DE FARIA E  
OUTRO(A/S)  
**ADV.(A/S)** : PAOLA DA SILVA DANIEL  
**ADV.(A/S)** : SEBASTIAO COELHO DA SILVA  
**ADV.(A/S)** : MICHAEL ROBERT SILVA PINHEIRO

### DESPACHO

Trata-se de Execução Penal relativa a Ação Penal ajuizada em face do ex-Deputado Federal DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA, condenado, por incursão nas penas do artigo 18 da Lei nº 7.170/83, por duas vezes, na forma do artigo 71 do Código Penal, e nas penas do artigo 344 do Código Penal, por três vezes, na forma do artigo 71 do Código Penal, à pena de 8 (oito) anos e 9 (nove) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 35 (trinta e cinco) dias-multa, com valor unitário fixado em 5 (cinco) salários-mínimos, considerado o patamar vigente à época do fato, que deve ser atualizado até a data do efetivo pagamento.

Em 20/12/2024, concedi o LIVRAMENTO CONDICIONAL A DANIEL LUCIO DA SILVEIRA, mediante a fixação de diversas condições judiciais, inclusive a *vedação à posse ou porte de qualquer arma de fogo*.

Em 23/12/24, após ter sido noticiado nos autos o descumprimento da medida de Proibição de ausentar-se da Comarca e obrigação de recolher-se à residência no período noturno, das 22h00 às 6h00, bem como nos sábados, domingos e feriados, conforme ofício encaminhado pela SEAPE/RJ (Of. SEAP/CHEGAB nº 4978), REVOGUEI o livramento condicional concedido e determinei o imediato retorno do cumprimento do restante da pena privativa de liberdade em regime fechado.

Em 3/1/2025, o Chefe do Gabinete do Comandante do Exército, Coronel Rodrigo de Carvalho Bernardo, encaminhou o Ofício nº 4-A2.2/A2/GabCmtEx informando que “*após consulta realizada pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) ao banco de dados do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA), não foram identificado quaisquer*

## EP 32 / DF

*Certificados de Registro de Colecionador, Atirador e Caçados (CAC) cadastrados em nome do cidadão supramencionado”. Informou, ainda, que “o senhor DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA possui o registro/cadastro de arma de fogo do tipo Pistola, marca Taurus, calibre .380 Automática, nº de série KIR32281, nº SIGMA 786539, no acervo ‘CIDADÃO’ do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro”.*

*Por fim, informou que “não há ação administrativa a ser realizada pelo Comando do Exército, uma vez que sua competência no âmbito do SIGMA é limitada à manutenção do registro de propriedades de armas de fogo”, bem como que ressaltou que “a gerência dos portes de armas de fogo dos integrantes das Polícias Militares estaduais é de responsabilidade da respectiva corporação de vinculação, cabendo ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro o devido cumprimento da decisão judicial em tela, para conhecimento e eventual adoção das providências que essa Suprema Corte julgar cabíveis”.*

É o relatório. DECIDO.

INTIMEM-SE os advogados regularmente constituídos por DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA para entregar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a arma de fogo do tipo Pistola, marca Taurus, calibre .380 Automática, nº de série KIR32281, nº SIGMA 786539, que consta no sistema do acervo ‘CIDADÃO’ da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Ciência à Procuradoria-Geral da República.

Cumpra-se.

Brasília, 15 de janeiro de 2025.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*